

## Bibliografia aula 02 – Tatiana Fiuza

BAIARDI, A. Sociedade e Estado no apoio à ciência e tecnologia: uma análise histórica. São Paulo: HUCITEC, 1996

BRASIL. Decreto nº 55.820 de 8 de março de 1965. Cria o “Fundo de Financiamento de Estudos de Projetos e Programas - FINEP” e da outras providências. Presidência da República, Brasília, 1965. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1950-1969/D55820.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D55820.htm)>. Acesso em: 02 abr. 2017.

BRASIL. Decreto nº 29.741, de 11 de julho de 1951. Institui uma Comissão para promover a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de pessoal de nível superior. Senado, 1951. Disponível em:  
<[http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=29741&tipo\\_norma=DEC&data=19510711&link=s](http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=29741&tipo_norma=DEC&data=19510711&link=s)>. Acesso em: 30 jan. 2017.

BRASIL. Lei nº 1.310, de 15 de janeiro de 1951. Cria o Conselho Nacional de Pesquisas, e dá outras providências. Planalto, 1951. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/L1310.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L1310.htm)>. Acesso em: 25 janeiro 2017.

BRASIL. Decreto-Lei nº 200 de 25 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. Planalto, 1967. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del0200.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0200.htm)>. Acesso em: 30 janeiro 2017.

BRASIL. Decreto-Lei nº 719 de 31 de julho de 1969. Cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e dá outras providências. Presidência da

República, 1969. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decretolei/Del0719.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decretolei/Del0719.htm)>. Acesso em: 30 jan. 2017.

BRASIL. Lei nº 7.232 de 29 de outubro de 1984. Dispõe sobre a Política Nacional de Informática, e dá outras providências. Presidência da República, 1984. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L7232.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7232.htm)>. Acesso em: 11 fev. 2017.

BRASIL. Decreto nº 91.146 de 15 de março de 1985. Cria o Ministério da Ciência e Tecnologia e dispõe sobre sua estrutura, transferindo-lhe os órgãos que menciona, e dá outras providências. Planalto, 1985. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1980-1989/1985-1987/D91146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/1985-1987/D91146.htm)>. Acesso em: 11 fevereiro 2017.

BRASIL. Lei nº 7.646 de 18 de dezembro de 1987. Dispõe quanto à proteção da propriedade intelectual sobre programas de computador e sua comercialização no País e dá outras providências. Presidência da República, Brasília, 1987. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L7646.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7646.htm)>. Acesso em: 18 jun. 2017.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Presidência da República, Brasília, 1988. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm#art219a](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm#art219a)>. Acesso em: 28 mai. 2017.

BRASIL. Decreto nº 16 de abril de 1991. Dispõe sobre a organização e o funcionamento do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia da Secretaria da Ciência e Tecnologia da Presidência da República e dá outras providências. Presidência da República, Brasília, 1991. Disponível em:  
<[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/DNN/Anterior%20a%202000/1991/Dnn105.htm#art7](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/DNN/Anterior%20a%202000/1991/Dnn105.htm#art7)>. Acesso em: 11 jun. 2017.

BRASIL. Lei nº 8.248 de 23 de outubro de 1991. Presidência da República, Brasília, 1991. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8248.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8248.htm)>. Acesso em: 02 abr. 2017.

BRASIL. Lei nº 8.661, de 2 de junho de 1993. Dispõe sobre os incentivos fiscais para a capacitação tecnológica da indústria e da agropecuária e dá outras providências. Planalto, 1993. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8661.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8661.htm)>. Acesso em: 11 fevereiro 2017.

BRASIL. Lei nº 9.257 de 9 de janeiro de 1996. Dispõe sobre o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia. Presidência da República, Brasília, 1996. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9257.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9257.htm)>. Acesso em: 11 jun. 2017.

BRASIL. Lei nº 9.609 de 19 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador, sua comercialização no País, e dá outras providências. Presidência da República, Brasília, 1998. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9609.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9609.htm)>. Acesso em: 18 jun. 2017.

BRASIL. Lei nº 10.168 de 29 de setembro de 2000. Institui contribuição de intervenção de domínio econômico destinada a financiar o Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para o Apoio à Inovação e dá outras providências. Presidência da República, 2000. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L10168.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10168.htm)>. Acesso em: 27 mai. 2018.

BRASIL. Lei nº 10.176 de 11 de janeiro de 2001. Presidência da República, Brasília, 2001. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LEIS\\_2001/L10176compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10176compilado.htm)>. Acesso em: 02 abr. 2017.

BRASIL. Lei nº 10.793 de 2 de dezembro de 2004. Presidência da República, Brasília, 24 dez. 2004. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/l10.973.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.973.htm)>. Acesso em: 2017 mai. 2017.

BRASIL. Lei nº 11.080 de 30 de dezembro de 2004. Presidência da República, Brasília, 2004. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2004/Lei/L11080.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L11080.htm)>. Acesso em: 11 jun. 2017.

BRASIL. Decreto nº 5.353 de 24 de janeiro de 2005. Presidência da República, Brasília, 2005. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5353.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5353.htm)>. Acesso em: 11 jun. 2017.

BRASIL. Lei nº 11.105 de 22 de março de 2005. Presidência da República, Brasília, 2005. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/lei/l11105.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11105.htm)>. Acesso em: 03 jan. 2018.

BRASIL. Lei nº 11.196 de 21 de novembro de 2005. Presidência da República, Brasília, 2005. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/lei/l11196.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11196.htm)>. Acesso em: 28 mai. 2017.

BRASIL. Decreto nº 5886 de 6 de setembro de 2006. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Ciência e Tecnologia. Presidência da República, Brasília, 2006. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/decreto/d5886.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5886.htm)>. Acesso em: 06 jun. 2017.

BRASIL. Lei nº 8.405, de 9 de janeiro 1992. Autoriza o Poder Executivo a instituir como fundação pública a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e dá outras providências. Planalto, 2007. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8405.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8405.htm)>. Acesso em: 30 janeiro 2017.

BRASIL. Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação - 2012-2015: Balanço das atividades estruturantes. Brasília: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, 2011.

BRASIL. Lei nº 12.695 de 25 de julho de 2012. Planalto, 2012. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2012/Lei/L12695.htm#art15](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12695.htm#art15)>. Acesso em: 30 janeiro 2017.

BRASIL. Decreto nº 7.954 de 12 de março de 2013. Altera o Estatuto da Financiadora de

Estudos e Projetos - FINEP. Presidência da República, Brasília, 2013. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2013/Decreto/D7954.htm#art1](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D7954.htm#art1)>.  
Acesso em: 02 abr. 2017.

BRASIL. Lei nº 13.203 de 8 de agosto de 2014. Presidência da República, Brasília,  
2014. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2014/Lei/L13023.htm#art1](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13023.htm#art1)>. Acesso em: 02 abr. 2017.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 85 de 26 de fevereiro de 2015. Altera e adiciona  
dispositivos na CONstituição Federal para atualizar o tratamento das atividades de ciência,  
tecnologia e inovação. Presidência da República, Brasília, 2015. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Emendas/Emc/emc85.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc85.htm)>. Acesso  
em: 11 jun. 2017.

BRASIL. Lei nº 13.243 de 11 de janeiro de 2016. Presidência da República, Brasília,  
2016. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2016/Lei/L13243.htm#art2](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13243.htm#art2)>. Acesso em: 28 mai. 2017.

BRASIL. Lei nº 13.243 de 11 de janeiro de 2016. Dispõe sobre estímulos ao  
desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à  
inovação. Presidência da República, Brasília, 2016. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/lei/l13243.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13243.htm)>. Acesso  
em: 11 jun. 2017.

DAGNINO, R. A relação universidade-empresa no brasil e o "argumento da hélice tripla".  
Revista Brasileira de Inovação, Rio de Janeiro, jul/dez 2003. Disponível em:  
<<http://ocs.ige.unicamp.br/ojs/rbi/article/view/258>>. Acesso em: 16 jun 2017.

DIAS, R. D. B. Sessenta anos de política científica e tecnológica no Brasil. Campinas:  
Unicamp, 2012.

DOSI, G. Mudança Técnica e Transformação Industrial: A Teoria e uma Aplicação à Indústria dos Semicondutores. Tradução de Carlos D. Szlak. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

ERBER, F. S.; CASSIOLATO, J. E. Política industrial: teoria e prática no Brasil e na OCDE. Revista de Economia Política, Rio de Janeiro, abr./jun 1997. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/PDF/66-3.PDF>>. Acesso em: 07 jun. 2017.

FREITAG, B. Prefácio. In: MOREL, R. L. D. M. Ciência e Estado: a política científica no Brasil. São Paulo: T. A Queiroz, 1979.

GUIMARÃES, E. A.; ERBER, F.; ARAÚJO JR., J. T. D. A política científica e tecnológica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

KRUGLIANSKAS, I.; MATIAS-PEREIRA, J. Um enfoque sobre a Lei de Inovação Tecnológica do Brasil. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, 39, 2005. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6577>>. Acesso em: 07 jun. 2017.

KUBOTA, L. C.; SOUSA, R. A. F. Tecnologias da informação e comunicação: competição, políticas e tendências. Tecnologias da informação e comunicação: competição, políticas e tendências, Brasília, 2012. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=15307&Itemid=1](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=15307&Itemid=1)>. Acesso em: 22 mar. 2017.

LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E.; ARROIO, A. Conhecimento, sistemas de inovação e desenvolvimento. Rio de Janeiro: Editora UFRJ - Contraponto, 2005.

LIVRO Azul da 4ª Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia/Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2010. Disponível em:

<<http://www.cgee.org.br/publicacoes/livroazul.php>>. Acesso em: 11 jun. 2017.

MAZZUCATO, M. O Estado Empreendedor: desmacarando o mito do setor público vs.setor privado. Tradução de Elvira Serapicos. 1. ed. São Paulo: Portfolio-Peguin, 2014.

MOREL, R. L. D. M. Ciência e estado: a política científica no Brasil. São Paulo: T.A. Queiroz Editor LTDA, 1979.

PASSADOR, J. L. Política pública em ciência e tecnologia: as redes de fomento tecnológico e as relações entre goveno, empresas e universidade. VIII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública. Panamá: [s.n.]. 2003.

POLÍTICA Industrial. ABDI, s/d. Disponível em:

<[http://www.abdi.com.br/Paginas/politica\\_industrial.aspx](http://www.abdi.com.br/Paginas/politica_industrial.aspx)>. Acesso em: 09 jun. 2017.

REZENDE, S. M. Momentos da Ciência e Tecnologia no Brasil: uma caminhada de 40 anos pela C&T. Rio de Janeiro: Viera & Lent, 2010.

SANTOS, M. Técnica, Espaço, Tempo. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

SILVA, C. G. D.; MELO, L. C. P. D. Livo Verde - Ciência. Tecnologia e Inovação: Desafio para a sociedade brasileira. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, Academia Brasileira de Ciências, 2001.